

REUNIÃO DO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Data: 2017.03.14

Local: Sala de reunião da Direção do Foro de Porto Alegre

Presenças: Desembargadores Ricardo **Martins Costa** (coordenador) e **Tânia** Reckziegel; Juízes **Luís Henrique** Bisso Tatsch, **Cinthia** Machado de Oliveira, **Elisabete** Santos Marques, **Eny** Ondina Costa da Silva e **Eduardo** Vargas; servidores **Onélio** Luiz Soares Santos (SEGJUD), **Márcia** Jaqueline Leal Vargas (JACEP) e **Romy** Bruxel (AGE)

Secretário: Igor Ferraz Freiberger (AGE)

Horário: 14hmin – 16min

O Desembargador Martins Costa abriu os trabalhos assinalando a necessidade de normatizar o funcionamento do Núcleo adaptando a portaria que criou o Núcleo e a resolução que instituiu o JACEP para que tudo se adeque à Resolução nº 174/2016 do CSJT. Explicou que a Resolução prevê o Núcleo e ligado a ele os centros de conciliação. Márcia sugeriu que a área de Precatórios, hoje ligada ao JACEP, poderia ser uma seção separada por ter natureza distinta. O Juiz Luís Henrique comentou ideia expressa pela Presidência de se extinguir JACEP e criar o Núcleo e, em separado, uma área de execução e precatórios. Márcia explicou como se estrutura o JACEP e comentou que a conciliação tem hoje apenas 4 pessoas. Apontou que a matéria dos precatórios é administrativa e ligada ao Segundo Grau, ao passo que execução e conciliação lidam com processos e pertencem ao Primeiro Grau. O Núcleo debateu a possível separação dos setores. A seguir, o Desembargador Martins Costa mencionou o curso virtual já em andamento pela Escola Judicial e a intenção de apresentar minuta de resolução à Presidência na segunda-feira, dia 20.03, propondo-se a redigir sua minuta. Informou sobre a sala 606 do Tribunal, em preparação para funcionar como sala de conciliações no Segundo Grau. Romy abordou o plano de ação do Núcleo, questionando os itens cujo prazo já transcorreu. O Desembargador Martins Costa explicou que a montagem da estrutura física atrasou mas que agora está em andamento, detalhando aspectos sobre a sala que está sendo montada no Foro. A Desembargadora Tânia questionou se não cabe à Assessoria Jurídica da Presidência elaborar a minuta de resolução, ao que Onélio ponderou que primeiro o Núcleo deve definir como quer a estrutura e seu funcionamento. O Núcleo debateu posicionamento do setor de execução. O Juiz Luís Henrique opinou que, nesse primeiro momento, seria mais interessante criar o

CEJUSC dentro do JACEP, agregando o exigido pelas normas, e depois estudar se o JACEP será extinto e a parte de execução e precatórios seriam apartadas. Onélio acentuou que isso tudo representa uma mudança de cultura, apoiando a ideia do Juiz Luís Henrique. Acresceu que no Segundo Grau seria criado outro CEJUSC, ligado ao Núcleo. O Desembargador Martins Costa esclareceu que cada CEJUSC tem de ter um magistrado e delegou para o Juiz Luís Henrique a redação da minuta de resolução para o Primeiro Grau. Romy lembrou que deve constar na minuta a estrutura de pessoas, que fará parte da proposta a ser levada à Presidência. Onélio pontuou que desde os anos 2000 havia previsão para que os desembargadores tentassem a conciliação, mas que nunca foi estruturada de maneira permanente, havendo apenas iniciativas pontuais e sazonais. Descreveu tentativa feita no ano passado, que fracassou, e aborda dificuldades relativas à tramitação dos processos. O Juiz Eduardo complementou dizendo que a movimentação no PJe é artesanal, com Márcia descrevendo a rotina. Debateram a seguir o sistema em desenvolvimento pela SETIC, que não se comunica com PJe. A Juíza Cinthia sugeriu incluir na portaria definição sobre quantidade de servidores e magistrados, aumentando o nº de juízes para o CEJUSC do Primeiro Grau. O Desembargador Martins Costa opinou que isso seria mais razoável para um segundo momento, que prefere atender o prazo para normatização com base na estrutura atual. O Juiz Luís Henrique defendeu a adoção de redação aberta na portaria, com o que o Núcleo concorda. Onélio questionou quem fará a conciliação após o desembargador indicar o processo para tal fim. O Núcleo debateu como seria a dinâmica, decidindo-se por pauta administrada pela SEGJUD, em estrutura a ser montada com Onélio. Comentaram na sequência sobre a falta de servidor para organizar pauta e operacionalizar as atividades no Segundo Grau, destacando-se que, embora a SEGJUD fique com a agenda e chave da porta, não tem servidor para absorver o apoio integral. Os presentes aprovam solicitar para a administração pelo menos dois servidores para fazer funcionar a estrutura. A seguir, o Desembargador Martins Costa informou que o TRT4 vai encerrar a Semana Nacional de Conciliação, em 26 de maio, com a presença do Vice-Presidente do TST, com o Núcleo tecendo comentários sobre aumentar a efetividade da Semana. A Desembargadora Tânia Reckziegel falou a seguir sobre reunião com advogados que ocorrerá na sexta-feira, antecipada para 14h. A Juíza Eny se dispõe a organizar conversa com juízes de Porto Alegre, podendo ainda participar para reforçar a defesa da conciliação. Márcia destacou que a Secom deve fazer um artigo sobre o tema e ajudar a divulgar a criação dos CEJUSC. A Juíza Cinthia relatou que já começaram a divulgar a Resolução nacional e em Gramado e Canela houve conversa com advogados, com excelente receptividade. O Desembargador Martins Costa critica mecanismos de decisão do TST e Conselhos Superiores, mas pondera que os novos

juízes que tomaram posse em dezembro já conhecem a resolução e estão imbuídos do espírito de promover a conciliação. Na sequência, destaca ser necessário que o Núcleo redija uma portaria com a Corregedoria para operacionalizar a Semana. Mencionou notícia do CSJT, que é interessante e deveria ser divulgada pela Secom. A Juíza Eny questionou se todos juízes sabem sobre a Resolução nacional e a Juíza Cíntia sugeriu enviá-la a todos os juízes. O Núcleo combina que a Juíza Eny mandará o documento para os magistrados do foro de Porto Alegre e o próprio Núcleo encaminhará aos demais juízes e desembargadores. Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada às 16h. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiberg, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.
